

Análise de uma amostra de nomes próprios portugueses em Timor-Leste: Antroponímia, Património Linguístico e variação linguística

Helena Rebelo* 

*Timor ecoa num verso
à toa.*

Ruy Cinatti

Considerações introdutórias

A Onomástica, no âmbito da Lexicologia, é uma área da Linguística que vai suscitando publicações com vários sentidos de orientação (BOLÉO, 1973; MACHADO, 1984; PINTO, 2013). Diversificados, por conseguinte, têm sido os estudos sobre Toponímia (por exemplo: BOLÉO, 1975; CAETANO, 2015; ROCHA, 2018; RATO, 2022; REBELO, 2022) e sucede de igual modo com textos acerca da Antroponímia que interessa, de momento, considerar (a título exemplificativo: VASCONCELOS, 1928; FARIA, 1951; CHAVES, 1956; GONÇALVES, 1971; SOUSA, 2001; VILLALVA; MARQUILHAS; CORREIA; ALBINO, 2002; FAIGUENBOIM; VALADARES; CAMPAGNANO, 2003; MONTEIRO, 2008; ROWLAND, 2008; PAOLINELLI; BAZENGA, 2010; SILVA, 2019; FRANCO BARROS, 2020; REBELO, 2023; BOULLÓN AGRELO; SOUSA FERNANDÉZ, 2023). Pode incluir uma pluralidade de trabalhos, como os ligados à identificação das pessoas na Internet, com os “nicknames” (FRANCO BARROS, 2020), que, contrariamente aos antropónimos, são integralmente escolhidos (e formatados) pelos próprios falantes ou usuários das novas tecnologias. Os nomes próprios, quer dos lugares, quer das pessoas, são individualizadores e há muito que um considerável número de estudiosos se tem dedicado à investigação acerca da Onomástica portuguesa, em particular da Antroponímia portuguesa.

A temática geral da Antroponímia relacionada com Timor-Leste é o cerne do presente estudo. Não se conhece nenhuma publicação integral dedicada ao assunto, nem desde 2000, ou seja, desde a independência¹, embora se tenha tido conhecimento de diversos títulos sobre Timor-Leste. As referências bibliográficas são muitíssimas e têm valorizado o conhecimento acerca de variados assuntos do território e das suas gentes (cf., por exemplo: SÁ, 1952; CHORÃO, 1975; MARCOS, 1995; BASTOS, 1998;

* Pós-doutorado pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal. Doutorada em Linguística Portuguesa pela Universidade da Madeira (UMa), Portugal. Professora na Universidade da Madeira (UMa), Portugal. *E-mail*: mhrebelo@staff.uma.pt

¹ United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) 25-10-1999: Resolução 1272 do Conselho de Segurança das Nações Unidas: Responsabilidade da Administração de Timor-Leste e Mandatada para exercer toda autoridade executiva e legislativa, incluindo a administração da Justiça (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999).

DIAS, 2000; SOUSA, 2001; GONÇALVES, 2002; GUSMÃO, 2002; INSTITUTO CAMÕES, 2002; THOMAZ, 2002; UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA; INSTITUT DE RECHERCHE SUR L'ASIE DU SUD-EST CONTEMPORAINE; GRUPO DE ESTUDOS DE RECONSTRUÇÃO DE TIMOR LESTE; COMISSÁRIO PARA O APOIO Á TRANSIÇÃO EM TIMOR LESTE, 2002; MATTOSO, 2005; MENDES, 2005; BRAGA, 2006; MENEZES, 2006; CORTE-REAL; BRITO, 2007; COSTA, 2007; MARTINS; FELGUEIRAS, 2007; SANTOS, 2007; GOMES, 2008; CORRÊA, 2009; BELO, 2011; GAMEIRO, 2012; REBELO, 2012; PAULINO; APOEMA, 2016; BRITO, 2018; CAVALCANTE; CUNHA, 2018; PAULINO, 2019). Todos estes trabalhos, e muitos outros, ou mais antigos ou mais recentes, têm permitido compreender melhor a dinâmica do povo, a diversos níveis, inclusive cultural e linguístico. Timor-Leste, situado numa parte de um território insular, no sudeste asiático e pacífico, ganha importância pela sua localização geográfica. Numa relação local-global, acontece sobremaneira, devido a questões de política linguística timorense e estabelece uma estreita interligação com outros pontos do globo, nomeadamente com Portugal. O reconhecimento da influência portuguesa, que entrou na tradição, na cultura e na língua, já que o tétum comporta vocabulário português, é incontestável, manifestando-se, em especial, na Antroponímia, enquanto Património Linguístico.

O nome da pessoa é o primeiríssimo bem patrimonial composto e complexo que ela herda logo à nascença, individualizando-a (pela primeira parte do nome – o nome próprio, que pode ter um, dois ou mais elementos, sendo escolhida) e, simultaneamente, inserindo-a na comunidade, isto é, na família e na sociedade (pela segunda parte do nome – nome(s) de família ou apelido, com um ou mais elementos). Linguisticamente, os nomes dados às pessoas são unidades compostas por dois ou mais elementos; valem no conjunto, mas, de igual modo, uma parte pode representar o todo, dependendo do uso social e da situação de comunicação, além de poder sofrer variação com diminutivos e alcunhas porque também vêm adicionar sentido e adquirem valores próprios. Em casa, imaginando um exemplo, pode ser-se “José”, “Zezinho”, “Afonso”, “Zé Afonso”, “Fofó”, com os amigos “Zé” ou qualquer uma das possibilidades anteriores (salvo, porventura, “Fofó” por ser do âmbito restrito da casa), sendo identificado no trabalho como “José Afonso Oliveira” ou exclusivamente “Oliveira”.

No geral, em particular nos espaços mais urbanos, os nomes dos timorenses parecem não diferir dos portugueses e seguem os modelos para eles traçados. Numa observação geral, sobressai que a variação linguística nem é muito relevante. Não foi por acaso que Geoffrey Hull (2001) propôs a língua portuguesa como uma das línguas de Timor-Leste. O académico australiano evidenciou a sua relevância no discurso de política linguística “Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional”. A temática das línguas de Timor-Leste é abordada com interesse pelos próprios timorenses. Veja-se, por exemplo, artigo de opinião de Ramos-Horta (2012), cujo apelido também tem marca portuguesa, apesar de o hífen não ser habitual. O assunto deve merecer estudo, assim como uma intensiva investigação. Uma das questões que motiva o presente trabalho é saber até que ponto são realmente portugueses os antropónimos timorenses. Outra, para a qual será indispensável esperar uns anos, é saber o que vai acontecer aos antropónimos timorenses, enquanto herança cultural com evidente manifestação linguística. A atribuição dos nomes pelas famílias timorenses surge mais como uma escolha, do que como uma imposição, levando a pensar que este Património Linguístico português persistirá, perpetuando-se de geração em geração. É a observação da amostra de antropónimos em estudo, cuja análise se empreende, que revela esta tendência.

Análise de amostra de nomes próprios

Obteve-se, aleatoriamente, uma amostra de 40 nomes de jovens timorenses na casa dos vinte anos. São quatro dezenas de nomes compostos por justaposição, sem recurso ao hífen, mas com emprego pontual da conjunção “e” e da preposição “de”, correspondendo na totalidade, isto é, somando nomes próprios e nomes de família, a uma centena de nomes soltos. Pertence ao arquivo de docente a ensinar num Curso de Português em 2000 e corresponde a uma das turmas com as quais trabalhou. Eram turmas de falantes maioritariamente de tétum e “bahasa” indonésio que desejavam aprender português, língua de que tinham um conhecimento passivo, por compreender que se tornaria uma língua importante e necessária. Entre outras ocasiões, era língua usada, por vezes, em algumas casas, pelos familiares mais velhos, durante a resistência, e, por exemplo, em cânticos portugueses nas celebrações eucarísticas. Segundo consta, alguns desses jovens estudantes desejosos de aprender um português fluente tinham da língua conhecimentos linguísticos rudimentares: compreendiam e usavam palavras soltas, saudações, etc. Numa leitura em diagonal da lista de nomes de estudantes, que não se facultava por vigorar uma política visando proteger o anonimato das pessoas, impressiona, logo na leitura inicial, por, na essência, constituir um conjunto de nomes portugueses. Poderia, perfeitamente, corresponder a uma lista de nomes de estudantes de uma escola em qualquer zona de Portugal. Esta conclusão tirada logo à partida, aquando do primeiro contacto com o documento, levou ao interesse em aprofundar o estudo da amostra para compreender a política linguística presente a nível onomástico, especialmente antroponómico, em Timor-Leste, há, decerto, centenas de anos.

A Toponímia e a Antroponímia correlacionam-se a nível de Património Linguístico e, no espaço geográfico em estudo, o território timorense oriental, se na Toponímia não se regista a presença da língua portuguesa, já o mesmo não se observa quanto à Antroponímia. Estão em posições opostas. Na Toponímia, os nomes não são de origem portuguesa (ex.: Díli, Aileu, Liquiça, Ermera, Bobonaro, Covalima, Ainaro, Manufahi, Manatuto, Baucau, Viqueque, Lautem), mas, na Antroponímia, parecem predominar os de língua portuguesa. É, pelo menos, o que se depreende da amostra cujo estudo se vai apresentar. Quando os portugueses tiveram contacto com o território, ter-se-ão habituado aos nomes dos lugares, adoptando-os e usando-os. Também tiveram contacto com pessoas que não teriam nomes ocidentais portugueses. No entanto, os nomes que elas usam são de cunho português. Por que razão terá havido esta mudança com os nomes das pessoas? Dar um nome a uma criança é reconhecê-la como “sua”, da sua linhagem, e também pode ocorrer por apadrinhamento, fixando-se na criança esta relação de proximidade, inscrita para sempre na sua identificação e na história do grupo familiar, assim como na sociedade em geral, se o caso se multiplica como fenómeno geral. As hipóteses não passam disso mesmo, quando se lê o passado. Em Mário Simões Dias (2000, p. 53), por exemplo, pode compreender-se através de uma lenda “O régulo peregrino e o seu galo” que os nomes próprios timorenses nem sempre corresponderam, ou correspondem, a nomes portugueses, como se pode verificar: “Existiram uns régulos em Timor, que tiveram sete filhos, seis príncipes e uma princesa, chamada *Bui Iku*.” e “onde lhes nasceu um filho, com uma estrela na testa, ao qual puseram o nome de *D. Duan*” (DIAS, 2000, p. 55). Contudo, também realça que “O *tetum* de Díli tem muitos vocábulos portugueses, como demonstra o falecido missionário, Pe. Artur de Sá. Pedro, António e muitos outros nomes próprios.” (DIAS, 2000, p. 14). A título exemplificativo, em *Timor Timorense* (MARCOS, 1995, p. 199), figura uma

canção tradicional com tema “mambae com versos em tétum” da zona de Ermera e, aí, ocorre o nome próprio “Rosalina”. São nomes como estes – “Pedro”, “António” e “Rosalina” – que vão motivar o estudo que se empreende porque se fundamenta na observação com fins descritivos de um documento bem concreto: uma lista de nomes de estudantes timorenses.

A amostragem em análise, para descrição, corresponde a uma listagem escrita e impressa, processada por computador. Apresenta-se em formato de papel A4, com tabela de nomes identificados por números e algumas observações. A lista de nomes está parcialmente ordenada alfabeticamente, contendo, na parte final, uma dezena – do 31 ao 40 – de nomes fora da ordem alfabética, por, certamente, terem sido adicionados posteriormente em duas fases distintas: uma ainda no decorrer da inserção dos nomes no processamento computacional e a outra manualmente, pela mão docente, já no decurso em aula. Na parte superior do documento, figura a identificação “Curso de Português” e, na linha abaixo, “Lista de participantes”. De seguida, numas linhas abaixo, assinalam-se outras referências: “Nível, Turma, Professor, Local, Horário”. Refere-se, por questões de anonimato, exclusivamente a localização: “Balide – SDK Canossiana Balide”. A amostra corresponde, portanto, a um documento oficial que não da autoria docente. Aliás, a vermelho, registam-se apontamentos, com emendas manuscritas, implicando revisão linguística de docente. Foi igualmente acrescentado quem, dos 40 nomes de alunos timorenses, “Tem livro” e “Tem dicionário”. É de sublinhar que apenas 5 tinham “livro”, o manual facultado por entidades locais, e, destes, 3 também possuíam dicionário. Neste documento impresso e que serve de base à análise com descrição antroponímica, os nomes apresentam-se dactilografados, isto é, processados por computador, havendo, fora da tabela, a vermelho, exclusivamente, um nome de um jovem adicionado à mão e que se encontra fora da sua posição, como os dez anteriores, quando se considera a ordem alfabética, já que o primeiro nome dele é “Jaime” e constitui o derradeiro nome dos 40 listados. Foi o único inserido manualmente e integra o subconjunto dos nomes que não ocupam uma posição ordenada alfabeticamente.

Um pormenor a considerar, logo à partida, é que se contabilizam três nomes com algumas iniciais, não estando, portanto, escritos em toda a sua extensão. Há o caso de “x M. do R. B. da y”, o de “x M. F. y” e o de “x do Rosário F. B. da y”, em que x e y correspondem a nomes que, propositadamente, não são aqui identificados. Portanto, pela política em vigor, para proteger as pessoas, havendo que não divulgar os nomes integrais, não se apresentam; vão, por isso, analisar-se separadamente, tendo, todavia, em conta o conjunto, salvo estas iniciais que podem ter vários significantes. De qualquer forma, sem contabilizar essas iniciais, a amostra é constituída por 37 antropónimos compostos integrais. O nome de uma pessoa inclui diversos elementos, sendo plural, mas funciona como um singular pela sua globalidade. É a soma das parcelas que dá unidade linguística identificadora do ser humano enquanto indivíduo. Reconhece-se na globalidade, pela sua unidade linguística, identificadora, no todo, da individualidade da pessoa, ou seja, um nome é constituído por nomes com múltiplas combinações possíveis. São várias palavras, mas forma apenas um nome, composto, que identifica uma pessoa. A fim de aprofundar o seu estudo, segue-se um método descritivo qualitativo e quantitativo através das parcelas (palavras alinhadas alfabeticamente em Apêndice) dos nomes compostos. Logo, os elementos de composição dos nomes das pessoas podem ter valor em separado, como a título hipotético, “José”, ou em combinação (“José Afonso”) ou na globalidade (“José Afonso Oliveira”). Como se comprova com este nome imaginário,

mesmo podendo existir, as possibilidades combinatórias são inúmeras, havendo, por isso, nomes de pessoas que se repetem. A Homonímia é um fenómeno a ter em conta, quando se trabalha com os nomes próprios. Na amostra em estudo, não há homónimos integrais, podendo haver pessoas da mesma família e pensa-se em particular a nível de graus de parentesco mais afastados, primos em vários graus.

Análise qualitativa

A observação pormenorizada dos 40 nomes próprios que constitui a amostra deste estudo revela que é reduzida a variação linguística nos nomes presentes. “Ximenes”, enquanto apelido em posição final no composto, é o único que se apresenta como sendo de outra origem linguística que não a portuguesa. Nos 40 nomes, existe apenas uma ocorrência, num nome de um jovem que combina o apelido “Ximenes” com outro português. Na listagem em análise, é pela grafia, em particular pelo não uso de acento gráfico, que se regista alguma variação, como em “Luisa”, “Luis”, “Candido”, “Silvia”: todas elas ocorrências sem acento gráfico. No entanto, estas marcas acentuais estão presentes, na listagem, a indicar as sílabas tónicas como em “Fátima” ou “Araújo”. Há mesmo casos em que acontece o uso e o não uso num mesmo nome composto de estudante. Não dando o nome na íntegra, mas elementos da sua composição, considere-se o caso de “Silvia”, sem acentuação gráfica, combinado com “Araújo”, com acento agudo na vogal acentuada. Registou-se a ocorrência de “Nelson”, em que a flutuação gráfica do acento vigora na comunidade de língua portuguesa alargada. Uma breve pesquisa na Internet permite compreender que há quem escreva com acento (“Nélson”) e quem opte por retirar o acento (“Nelson”). Não se pretende, neste estudo, abordar qualquer questão relacionada com a ortografia da língua portuguesa e as suas problemáticas, apenas importa, de momento, ler os dados da amostra. É de realçar, por exemplo, que “Luisa” e “Luis” ocorrem ambos sem acento agudo. O propósito dos acentos gráficos é, essencialmente, o de marcar a vogal acentuada, assinalando o timbre vocálico, e, nestes nomes, além de outras hipóteses a colocar (esquecimento, falha, problemas com o teclado do computador, etc.) também poderá ser uma opção de quem constituiu a listagem. Especifica-se: excluindo o acento gráfico, reconhecem que os nomes deixaram de ter um hiato < u-i > e passaram, na pronúncia contemporânea, a comportar um ditongo crescente < ui >. Assim, de trissilábico, < Lu-í-sa > passou a articular-se como dissílabo < Lui-sa >. O mesmo nome feminino sofre uma redução silábica e o pretendido poderá ser o de fazer acompanhar a grafia com a fonia. De igual modo, para “Luis”, existe uma redução silábica através do fenómeno da ditongação porque, de dissílabo < Lu-ís >, se torna monossílabo < Luis >. O que vai acontecendo é que, na ortografia dos nomes próprios em português, os acentos se mantêm, embora a articulação – a pronúncia – possa contemplar variação, havendo quem diga < Lu-í-sa > e < Lui-sa >, o que se aplica a “Luís”. Também para o comprovar, uma breve colocação destes nomes num “browser” permite compreender que o acento gráfico perdura, mesmo se pode surgir, pontualmente, alguma ocorrência sem acentuação gráfica. Ainda a propósito das marcas de acentuação na escrita, na listagem, regista-se o apelido “Rêgo” com acento circunflexo. É sabido que a grafia dos antropónimos é singular e muitas regras de ortografia não se lhes aplicam. Existem apelidos que conservam escritas antigas, embora muitas pessoas as adequem às alterações ortográficas que vão sendo oficializadas. A conservação de particularidades gráficas dos nomes de família, nomeadamente na Toponímia e na Paisagem Linguística em geral comporta uma certa distinção social (REBELO, 2022). No conjunto em análise, destacam-se,

por apresentarem alguma singularidade: “Januaário”, “Caosta” e “Rubem”. Em “Januaário”, os dois “a”, um sem e outro com acento gráfico, podem corresponder a uma gralha. Contudo, não foi corrigido a vermelho no documento, contrariamente a outras que aí surgem. O facto evidencia que poderá, por uma razão que se desconhece, ser a grafia do apelido. Contudo, a sequência vocálica < u-a-á > não se identifica como comum no português, língua em que ocorre, nomeadamente em < Januário > com o hiato < u-á >. Sucede de igual maneira na listagem dos 40 nomes com “Caosta”. Coloca-se de parte a hipótese da falha, uma vez que “Costa” será a forma regular do apelido e se contabiliza mais do que uma vez no conjunto. Poderá a sequência < a-o > de “Caosta” – que também não foi corrigida – grafar uma pronúncia? Pode ser provável, já que, muitas vezes, a escrita aparece como reflexo da fala, embora se saiba que escrever e falar português não têm, no presente, simetria. A escrita (a grafia) não representa mimeticamente a oralidade (a fala), o que a transcrição fonética procura alcançar. Pense-se num exemplo corriqueiro, o da forma verbal “têm”. A tendência impulsionada pela visão (o olhar para a escrita) é identificar um monossílabo, mas a transcrição fonética revela que é um dissílabo. Voltando aos nomes próprios, o nome “Rubem” ocorre na listagem, mas sabe-se que tem uma variante tendencialmente mais comum que é “Rúben”. Poderia interessar fazer um levantamento histórico para pensar sobre a variação nas grafias. Será de observar, igualmente, se no futuro o nome “Octávio”, assim grafado na amostra, manterá ou perderá a sequência “ct”, a fim de compreender o alcance do último acordo ortográfico nos nomes próprios timorenses de influência portuguesa.

Da amostra, “Fernando” apresenta-se como caso especial porque figura, em simultâneo, nas duas partes dos compostos antroponímicos. Surge na primeira posição, mas também como último nome. Por regra, nesta posição, o lugar seria o de “Fernandes”. Todavia, “Fernandes” (que a História da Língua explica como “filho de Fernando”) ocorre na amostra a par de “Henriques” (filho de Henrique) como apelidos, do mesmo modo que “Fernando”, ou seja, em última posição dos compostos. As duas valências (com valor de primeiro nome – escolhido à nascença – e de apelido – nome herdado dos antepassados e não escolhido) não são exclusivas deste nome. Em Portugal, além de acontecer isso com “Fernando”, regista-se, igualmente, entre outros nomes. Na amostra, nesse lugar, como apelido ou nome de família, assinalam-se ainda os casos especiais de “Miguel” (que não ocorre como primeiro nome) e “Nuno”, que, como “Fernando” ocupa duas posições. Ocorrem ambos como nomes de família, atribuídos por pertença a uma linhagem, e isso apresenta-se como menos frequente do que como primeiro nome. Nas sequências dos apelidos, nas componentes herdadas dos antepassados e, portanto, não escolhidas, “Soares” aparece em diversas posições, assim como outros nomes que surgem nas sequências com preposição (com ou sem artigo definido), “da Costa” (com “da Caosta” como possível variante), “da Silva” ou “de Jesus”.

No conjunto dos nomes de família (cf. Apêndice), observa-se que há diversidade de temáticas. Uns quantos remetem para a Natureza: “Maia”, “Matos”, “Pereira”, “Silva”, “Ribeiro”. Alguns apontam para uma vertente religiosa cristã de matriz católica como “Assis”, “da Cruz”, “de Jesus” (3 vezes), “de Deus”, “dos Santos”, “de Fátima”, “do Rosário”. Este cariz ocorre igualmente em nomes que ocupam a parte inicial do composto nominal, encontrando-se alguns que podem já ter perdido essa referência porque os falantes já não a invocam como tal, sucedendo em “Amadeu” (“amado por Deus” ou entendido em sentido inverso, “que ama a Deus”), “Assunção”, “Bendita” (bem dita – abençoada). Neste conjunto, também figuram, por exemplo, “Fátima” como primeiro nome (a partir do qual se construiu o apelido

“de Fátima” mencionado acima e menos comum na tradição portuguesa), “Maria” (na sua combinação com outro nome feminino e isolado) e “Mariano” (derivado de “Maria”). Aliás, o nome “Maria”, enquanto elemento da cultura judaico-cristã, tem despertado interesse, como em “Usos de Maria em Portugal: práticas de nomeação e construção de identidade” (PAOLINELLI; BAZENGA, 2010). Nos nomes masculinos da amostra, “José” tem 2 ocorrências na primeira posição de composto e, com 3 ocorrências, está “Maria”, também associado a outro nome próprio (“Maria Augusta” e “Maria Guilhermina”). Na sequência “Maria Apolinário”, que ocorre na amostra inserida numa combinação mais extensa, ou seja, com outras parcelas, considera-se que “Apolinário” é apelido, não funcionando do mesmo modo que nos dois casos anterior (Maria + x) para um primeiro nome. Muitas vezes, na cultura portuguesa, e crê-se que na timorense, que se analisa aqui por interligação com aquela, na comunicação própria de um registo familiar ou popular, os nomes usados para a identificação das pessoas com esse género de nome composto até são “Augusta” e “Guilhermina”. Portanto, não há repetições relevantes nos primeiros nomes da amostra. Aliás, as taxas de frequências não se manifestam como pertinentes (cf. Apêndice). Além do mais, não se contabilizam as iniciais que abreviam os nomes. Por exemplo, nos nomes femininos com “Maria”, também se poderia contabilizar “Joana M.”, podendo o “M.” indiciar “Maria”, como nos nomes tradicionais portugueses, mas não passa de uma hipótese, o desenvolvimento da inicial.

Qualitativamente, dos nomes escolhidos, isto é, os nomes mais à esquerda, especialmente quanto aos dois primeiros, alguns têm um cunho antigo, como, por exemplo: “Aires”, “Augusta” “Celestino”, “Delfina”, “Domingos”, que revelam a preferência por nomes de um passado em Portugal. Globalmente, contam-se nomes pouco comuns na cultura portuguesa do último quartel do século XX, seguindo a datação do documento que, como se afirmou, é do ano 2000. Essa indicação é válida para os nomes próprios listados como “Donabela” e “Juvenila”, que soam a nomes de um passado cultural que vai sofrendo mudanças. Os nomes escolhidos pelos progenitores vão seguindo modas e, em Portugal, nomes como, por exemplo, “Heliadora”, “Hermengarda”, “Aniceto” ou “Eurico” vão rareando. Julga-se que esta leitura indicará em Timor-Leste a opção pela manutenção da tradição, havendo gosto em manter, pelas gerações, os nomes conhecidos. Regista-se um gosto – com um valor extremamente positivo – por nomes conhecidos e do passado. Há também um leve acompanhamento para uma suposta modernização, acompanhando a moda da Antroponímia em português com nomes como: “Carolina”, “Joana”, “Nelson”, “Rubem”. No entanto, uma observação atenta da amostra revela que os nomes escolhidos pela família são essencialmente nomes já pouco em uso nas novas gerações de portugueses, onde raríssimas vezes se encontra alguém com os seguintes nomes: “Cipriano”, “Ernesto”, “Faustino”, “Guilhermina”, “Quintino”. A afirmação comprova-se facilmente pela consulta, por exemplo, de listas de jovens colocados no Ensino Superior ou em listagens com as classificações dos exames finais. Estas ainda são listas com nomes completos, que vão sendo substituídas por listagens de números que identificam os estudantes. É algo incompreensível numerar pessoas em vez de as nomear, visando, supostamente, proteger o anonimato para a não discriminação. Assim, em Universidades portuguesas, há novas listas apenas com números a identificar as pessoas.

No que se refere, qualitativamente, aos nomes herdados, os nomes mais à direita do composto, atesta-se que estes elementos são bens de um Património Linguístico português, integralmente assimilado pelos timorenses. Portanto, já são há séculos bens patrimoniais linguísticos timorenses.

Neles, entre as duas culturas, verifica-se que são de uso comum: “Alves”, “Cabral”, “Pereira”, “Santos”, “Soares”, etc. Há outros que se revelam pouco comuns, como: “Alcatere”, “Almolda”, “Babo”, “Cepeda”, “Galucho”, “Teme”, “Verdial”. Esta diferença deveria merecer um aprofundado estudo. A atenção deveria recair em especial sobre este derradeiro subconjunto, a fim de perceber até que ponto são antigos e se são realmente de tradição linguística portuguesa. Isso implicaria alongar a análise qualitativa dos dados, quanto se deve passar para uma análise quantitativa geral da amostra.

Análise quantitativa

O primeiríssimo parâmetro a ter em conta, quanto à quantificação dos dados, é a extensão dos 40 nomes. Os compostos antroponímicos são construídos por justaposição, havendo uma ocorrência com conjunção na ligação de dois apelidos e, noutros nomes, o recurso à preposição “de”, em alguns casos aglutinada com os artigos definidos.

Se se dividir a amostra em nomes femininos e masculinos, seguindo um padrão pré-definido na comunidade portuguesa, pela indicação da primeira unidade do composto, ou seja, o primeiro elemento do nome integral, contabilizam-se 17 nomes femininos, ou 15, se se quiser obliterar as repetições: “Adélia”, “Ana”, “Antónia”, “Bendita”, “Carolina”, “Delfina”, “Donabela”, “Fátima”, “Joana”, “Judite”, “Juvenila”, “Luisa”, “Madalena”, “Maria” (3x) e “Silvia”. A ocupar a primeira posição, registam-se, por conseguinte, 23 nomes masculinos, ou 22, sem ocorrências repetidas: “Aires”, “Amadeu”, “Armindo”, “Cipriano”, “Duarte”, “Ernesto”, “Faustino”, “Fernando”, “Francisco”, “Frederico”, “Jaime”, “José” (2x), “Júlio”, “Luis”, “Mariano”, “Nelson”, “Nuno”, “Octávio”, “Pedro”, “Quintino”, “Rubem” e “Sebastião”.

Nestes conjuntos, há subconjuntos a considerar. Deve ter-se em mente que alguns dos primeiros nomes se apoiam em segundos para a identificação da pessoa. Sucede, por exemplo, com “Ana Paula” (reconhecido como uma unidade linguística, não bastando apenas “Ana”). Observa-se, ademais, que há uma maioria (30 casos) com exclusivamente um nome escolhido (posicionado mais à esquerda, isto é, o nome em posição inicial do composto), sendo os restantes elementos do composto apelidos herdados. Assim, para os nomes femininos e masculinos, excluindo “Ana Paula”, “Maria Augusta” e “Maria Guilhermina”, contam-se 6 com combinações de 2 nomes (“Fátima Adélia”, “José Celestino”, “José Domingos”, “Madalena Assunção”, “Ernesto Ricardo” e “Jaime Francisco”). Ocorre em número bem mais reduzido a combinação de 3 elementos, por haver apenas o caso de “Rubem Luis Candido” (considerando-se “Candido” como nome próprio), a que se devem adicionar os elementos que constituem apelidos. Há dois casos que deixam dúvidas: um com “Magno” (que, pela sequência nominal, se considera apelido) e a inicial “M.” (que aponta para “Maria”, embora não se consiga comprovar). Se bem que “Assunção” e “Candido” possam ser apelidos de família, são interpretados nos compostos em análise como integrando a primeira parte dos compostos em que ocorrem. A fronteira entre as duas partes dos compostos antroponímicos nem sempre é evidente, mas intui-se, por regra, existir a partir do terceiro elemento do composto, que poderá pertencer ou a um lado (nome próprio) ou ao outro (o(s) apelido(s), em inglês “surname”). Verifica-se haver combinações pouco comuns como em “Fátima Adélia” ou “Jaime Francisco” e outras interpretativamente mais frequentes nos nomes portugueses e timorenses, como no exemplo da amostra timorense em análise: “Ana Paula” (que raramente se separam). São os nomes de

família que dão comprimento aos compostos em análise que vão de 2 a 7 palavras. Todas as pessoas têm um nome composto que, à nascença, não escolhem e que herdaram por vontade dos familiares. Isso é assim nas diversas sociedades e, por conseguinte, tanto em Portugal como em Timor-Leste.

A extensão de um nome varia em função de uma diversidade de critérios. Em Portugal, legal e oficialmente, ninguém é identificado apenas com um nome, ou seja, com um antropónimo de uma componente. A identificação das pessoas faz-se com, pelos menos, a combinação de dois elementos (nome próprio 1+ nome de família 1). Esse é o cumprimento mínimo e será a mais curta extensão, a de 2 palavras. Na amostra, contabilizam-se 5 casos com este número mínimo. Indubitavelmente, na listagem, é a média extensão a que predomina (indo de 3 a 5 palavras). Os nomes apresentam-se com 3 palavras em 14 casos, sendo, proporcionalmente, o mais usual na amostra. Contabilizam-se 12 nomes com 4 palavras, o que revela ser bastante usual, e assinalam-se 6 nomes com 5 palavras, sendo menos usual. Considera-se terem uma já longa extensão os nomes de 6 palavras, registando-se unicamente 1 exemplar. É um daqueles casos que comporta iniciais. Os antropónimos de 7 palavras, para os quais se contabilizam 2 exemplares, são dois dos abreviados com iniciais. Aliás, um deles apresenta-se com duas preposições como em “do Rosário”, “da Costa”, “da Silva”.

Em grande medida, as preposições permitem alongar a extensão dos compostos nos nomes das pessoas. Contudo, elas também se revelam pouco produtivas, omitindo-se com frequência. Que diferença haverá entre ser “x Silva” ou “x da Silva”? A tradição linguística da preposição nos antropónimos revela um valor próprio, como o de “pertença a”, e remete, inclusive, entre outras possibilidades, para o topónimo de origem. Um exemplo deveras ilustrativo e que se vai repetindo é o de “Leonardo da Vinci”, em que “Vinci” é o topónimo de nascimento de “Leonardo”. Daí, realça-se a pertinente função da preposição combinada com artigo definido. Para calcular o comprimento dos nomes das pessoas que constam da amostra timorense, é contabilizando também as preposições que se obtém o número total de palavras de um antropónimo. Assim, a preposição “de”, com e sem artigo a ligar os primeiros elementos (nomes escolhidos) com os apelidos (nomes herdados), é fundamental neste estudo. Mais raro é o uso da conjunção “e”, que se regista uma vez na amostra. No conjunto dos 40 nomes de jovens estudantes timorenses, é considerável o uso da preposição porque 17 antropónimos comportam uma, chegando mesmo a haver 4 casos com 2 preposições. Quantitativamente, na amostra, predominam os nomes masculinos e a extensão mais presente é a de 3 palavras.

Considerações finais

Retomam-se as perguntas motivadoras do estudo. Como se apresentam os nomes dos jovens timorenses? Que variação linguística se regista nos antropónimos herdados ao longo de séculos? Quanto à variação linguística, ela não é substancial porque há uma certa cristalização dos elementos que compõem os antropónimos timorenses da amostra. Contudo, regista-se, pontualmente, em formas sem acentuação gráfica (“Candido”, “Luis”, “Luisa”). Indicia alteração na pronúncia e o mesmo parece acontecer com a adição de letra que não é comum no português (“Caosta”, “Januaário”). Relativamente à apresentação geral dos nomes dos estudantes timorenses da amostra em análise (cf. Apêndice), verifica-se que a quase totalidade tem, porque herdou dos antepassados, nomes da tradição portuguesa. Os apelidos “Soares”,

“Costa”, “Pereira”, “Silva” e “Jesus” (“de Jesus”) são os mais frequentes e remetem para um conjunto de nomes de famílias portuguesas. A centena de parcelas antroponómicas (componentes ou palavras, para simplificar) constantes da amostragem ordenada alfabeticamente pelos elementos de composição dos antropónimos evidencia fortes marcas de um Património Linguístico que se pode estudar porque a História da Língua, radicada na História, traz informações fundamentais.

É, claramente, pela história timorense que se compreende como os antropónimos, contrariamente aos topónimos, assumiram a tradição portuguesa em uso, numa substituição praticamente integral da tradição ancestral anterior. Em síntese, a nível histórico, conta-se que, por volta de 12 mil anos a.C., um pequeno grupo de caçadores e agricultores habitava a ilha de Timor. Haverá documentos comprovando a existência de um comércio com a China a partir do século VII. Vendiam-se escravos, mel, cera de abelha e sândalo, além de madeira valiosa usada em móveis e na perfumaria. O comércio terá originado casamentos com famílias reais locais, contribuindo para a diversidade étnico-cultural. No século XIV, os habitantes de Timor tinham de pagar tributo ao reino de Java. A colonização ocidental ter-se-á iniciado no século XVI, em 1514, com mercadores portugueses que foram atraídos pelos ricos recursos naturais. Com eles, vieram missionários para evangelizar. Dois séculos depois, em 1702, chegara o primeiro governador português, aprofundando a colonização que se foi solidificando, tanto a nível cultural, como linguístico. Após momentos históricos conturbados, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, a Administração Portuguesa foi restaurada, com um domínio português aglutinador de vários povos e defensor da própria identidade étnico-cultural.

A economia timorense continuava dominada por uma pequena burguesia de origem chinesa a residir no território. O domínio da Indonésia iniciado em 1975, e que se manteve por 24 anos, promoveu uma descaracterização, havendo a nível cultural a proibição do ensino do português e uma tendência para a islamização. Politicamente, foi realizada a integração de Timor na Indonésia, constituindo a sua 27.^a província. A Igreja Católica local teve um papel fundamental para a valorização da língua e da cultura portuguesas. A independência acontece depois de os timorenses votarem nesse sentido, aquando de um referendo promovido pelas Nações Unidas, no ano de 1999. Em 2002, foi restaurada, tendo o ensino da língua portuguesa sido uma constante desde então, em particular junto dos jovens timorenses que passaram por um processo de “javalização” com a escolarização em “bahasa indonésia”. No cenário linguístico timorense, o tétum, o malaio indonésio – bahasa – e o português vão coexistindo, inclusive nos antropónimos, embora na amostra apenas “Ximenes” difira dos nomes portugueses. Os mais de 400 séculos de convívio com o português foram determinantes e constituem uma herança que os timorenses valorizam. Isso verifica-se no campo da Antroponímia como se comprova pela amostra em análise, onde a singularidade dos nomes é pontual. Esta lista de nomes de estudantes corresponde perfeitamente a uma lista de nomes de estudantes que qualquer docente pode receber em Portugal, num início de ano escolar. Nos antropónimos da amostra, há reduzidas marcas de outra origem linguística que não a portuguesa. Trata-se de material linguístico em franca conservação de um Património Linguístico e cultural de manifestações sociais ancestrais.

Por quanto tempo se manterá a língua portuguesa nos nomes das pessoas em Timor-Leste ou Timor Lorosae? Se os familiares timorenses continuarem a legar os antropónimos portugueses aos seus descendentes, reconhecendo a sua filiação portuguesa, assinalada desde o século XVI, haverá

continuidade deste Património Linguístico português. Se o deixarem de fazer, poderá haver mudanças na escolha dos nomes próprios das pessoas, especialmente para os primeiros nomes. A mudança será cultural com influências linguísticas. Importa continuar a prestar atenção à Antroponímia timorense e prosseguir com o estudo do assunto.

Referências

- BASTOS, Miguel Faria de. *Timor, o maior campo de extermínio do mundo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Esperanto, 1998.
- BELO, Dom Filipe Ximenes. *Os antigos reinos de Timor-Leste* (Reys de Lorosay e Reys de Lorothonba, Coroneis e Datos). Baucau: Edição Tipografia Diocesana Baucau, 2011.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. Onomástica. In: *VERBO: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973. v. 14.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. Toponímia. In: CHORÃO, João Bigote. *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa; São Paulo: Verbo Editora, 1975. v. 17.
- BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel; SOUSA FERNANDÉZ, Xulio. (dir.). *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Santiago de Compostela: Instituto de Língua Galega, 2023.
- BRAGA, Paulo. *País de sonho e encantamento: Timor 1930*. Díli: Crocodilo Azul, 2006.
- BRITO, Regina. Espaço geopolítico lusófono: vidas em Português. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 34, p.119-131, 2018.
- CAETANO, Carlos Manuel Ferreira. A toponímia, património imaterial das comunidades urbanas e sua ideologização. In: FERNANDES, Gonçalo Poeta; SEQUEIRA, Helder. *Desafios e constrangimentos do estudo da toponímia, intervenções e contributos*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, 2015. p. 7-53.
- CAVALCANTE, Márcia V.; CUNHA, Maria da. *Histórias da minha origem: ai-knanoik hosi ha'u hun*. Díli: Programa de Pós-graduação e Pesquisa da UNTL, 2018.
- CHAVES, Luís. Influências religiosas na formação da Antroponímia e da Toponímia em Portugal. *O arqueólogo português*, Lisboa, v. 3, p. 177-209, 1956.
- CHORÃO, João Bigote. *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa; São Paulo: Verbo Editora, 1975. v. 17.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução n. 1272, de 25 Outubro de 1999. Responsabilidade da Administração de Timor Leste e Mandatada para exercer toda autoridade executiva e legislativa, incluindo a administração da Justiça. *Diário da República*, Timor-Leste, 25 Out. 1999.
- CORRÊA, Armando Pinto. *Gentio de Timôr*. 2. ed. Câmara de Lobos: Câmara Municipal de Câmara de Lobos, 2009.

- CORTE-REAL, Benjamin de Araújo; BRITO, Regina H. P. Aspectos da política linguística de Timor-Leste: desvendando contra-corrente. In: MARTINS, Moisés L.; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa. *Actas Comunicação e Lusofonia*. Porto: Campo das Letras, 2007. p. 123-132.
- COSTA, Luís. *Dicionário de tétum-português*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- DIAS, Mário Simões. *Timor e as suas lendas*. Coimbra: Ed. de autor, 2000.
- FAIGUENBOIM, Guilherme; VALADARES, Paulo; CAMPAGNANO, Anna Rosa. *Dicionário sefaradi de sobrenomes*. São Paulo: Fraiha, 2003.
- FARIA, António Machado de. O uso dos apelidos em Portugal. *Brotéria*, Lisboa, v. 52, n. 2, p. 11-12, 1951.
- FRANCO BARROS, Mario. Pseudónimos ou nomes reais? breve análise linguística de *nicknames* de utilizadores espanhóis nos média sociais e comparação com *nicknames* de utilizadores alemães e portugueses. In: CONGRESSO DA SOPCOM: COMUNICAÇÃO, TURISMO E CULTURA, 20., 2020, Madeira. *Atas [...]*. Funchal: SOPCOM, Universidade da Madeira, 2020. p. 126-143.
- GAMEIRO, Aires. *40 Dias em Timor-Leste: uma interpretação: observações, percepções e análise de lusofonia emergentes*. Lisboa: Pearlbooks, 2012.
- GOMES, Nuno da Silva. *A literatura popular de tradição oral, em Timor-Leste*. Díli: Baucau, 2008.
- GONÇALVES, Iria. Amostra de antroponímia alentejana do século XV. *Do Tempo e da História*, Lisboa, v. 4, p. 173-212, 1971.
- GONÇALVES, João Luís Rodrigues. *Gente de Timor-Leste*. Madeira: Arguim, 2002.
- GUSMÃO, Xanana. *Timor Leste: um povo uma pátria*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- HULL, Geoffrey. *Timor-Leste: identidade, língua e política educacional*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 2001.
- INSTITUTO CAMÕES. *Resistência timorense, arquivo e museu*. Baucau: Gráfica Diocesana, 2002.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1993, 1984.
- MARCOS, Artur. *Timor Timorense: com suas línguas, literaturas, lusofonia*. Lisboa: Colibri, 1995.
- MARTINS, José Alves; FELGUEIRAS, João. *Nossas memórias de vida em Timor*. Braga: Editorial A. O., 2007.
- MATTOSO, José. *A dignidade, Konis Santana e a resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates, 2005.
- MENDES, Nuno Canas. A construção do nacionalismo timorense. In: GUEDES, Armando Marques; MENDES, Nuno Canas (ed.). *Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste*. Lisboa: IDI-MNE Biblioteca Diplomática do MNE, 2005. p. 105-240 (Série A).

- MENEZES, Francisco Xavier. *Encontro de Culturas em Timor-Leste*. Díli: Crocodilo Azul, 2006.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: perspectiva histórica. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2008.
- PAOLINELLI, Luíza; BAZENGA, Aline. *Usos de Maria em Portugal*: práticas de nomeação e construção de identidade. In: CONGRÉS INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA I FILOLOGIA ROMÂNÍQUES, 26., 2010, Valencia. *Actes [...]*. Valencia: CILFR 2010.
- PAULINO, Vicente. *Representação identitárias em Timor-Leste*: culturas e os media. Porto: Edições Afrontamento, 2019.
- PAULINO, Vicente; APOEMA, Keu (org.). *Tradições orais de Timor-Leste*. Díli: Casa Apoema, 2016.
- PINTO, Paulo Feytor. Purificação onomástica e mudança social em Portugal. In: SEMINÁRIO POLÍTICA DE LÍNGUA, PLANEAMENTO LINGÜÍSTICO E MUDANÇA SOCIAL, HOMENAGEM A ROBERT L. COOPER, 2013, Lisboa. *Webnario [...]*. Lisboa: Universidade Aberta, 2013.
- RAMOS-HORTA, José. *Diário n° 8049 do Público*. 22 abr. 2012.
- RATO, Maria Moreira. Toponímia: democratizar os nomes das ruas ou ‘apagar’ a História? *SOL*, Lisboa, 29 ju. 2022. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/774895/toponimia-democratizar-os-nomes-das-ruas-ou-apagar-a-historia->. Acesso em: 2023.
- REBELO, Helena. Exemplos para a história da ortografia no Funchal: da paisagem linguística ao património linguístico com a toponímia. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, Funchal, n. 4, p. 501-556, 2022.
- REBELO, Helena. Pecegueiro. *Funchal Notícias*, Funchal, 25 jan. 2023. Disponível: <https://funchalnoticias.net/2023/01/25/pecegueiro/#>. Acesso em: 2023.
- REBELO, Helena. Uma leitura do livro *40 Dias em Timor-Leste*: uma interpretação: observações, percepções e análise de lusofonia emergente, de Aires Gameiro. *Revista Islenha*, Funchal, n. 51, p. 150-160, jul./dez. 2012.
- ROCHA, Rui Passos. De Cunhal a Salazar: há ideologia nos nomes das ruas de Portugal (e muito mais). *Observador*, Lisboa, 21 abr. 2018. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/de-cunhal-a-salazar-ha-ideologia-nos-nomes-das-ruas-de-portugal-e-muito-mais/>. Acesso em: 2022.
- ROWLAND, Robert. Práticas de nomeação em Portugal durante a época moderna: ensaio de aproximação. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 17-43, 2008. Doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.1590>
- SÁ, Artur Basílio de. *Timor*. Lisboa: Sociedade de Geografia, 1952.
- SANTOS, José Rodrigues dos. *A Ilha das Trevas*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- SILVA, José Pereira da. Os Sobrenomes na Antroponímia e na Genealogia. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, p. 2516-2537, 2019.

SOUSA, Manuel de. *As Origens dos apelidos das famílias portuguesas*. Mem-Martins: Sporpress, 2001.

THOMAZ, Luís Filipe. *Babel Loro Sa'e: o problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Cadernos Camões, 2002.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA; INSTITUT DE RECHERCHE SUR L'ASIE DU SUD-EST CONTEMPORAINE; GRUPO DE ESTUDOS DE RECONSTRUÇÃO DE TIMOR LESTE; COMISSÁRIO PARA O APOIO Á TRANSIÇÃO EM TIMOR LESTE. *Atlas de Timor-Leste*. Lisboa: Lidel, 2002.

VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até Hoje*. Lisboa: Arquimedes Livros. 1928.

VILLALVA, Aline; MARQUILHAS, Rita; CORREIA, Clara Nunes; ALBINO, Cristina. *Dicionário Etimológico dos Nomes de Ocupação em Português*. 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/3137410/Dicion%C3%A1rio_Etimol%C3%B3gico_dos_Nomes_de_Ocupa%C3%A7%C3%A3o_em_Portugu%C3%AAs. Acesso em: 2022.

Recebido em 6 de outubro de 2023.

Aprovado em 29 de dezembro de 2023.

Resumo/Abstract

Análise de uma amostra de nomes próprios portugueses em Timor-Leste: Antroponímia, Património Linguístico e variação linguística

Helena Rebelo

Em Timor-Leste, no século XXI, os antropónimos – bens linguísticos patrimoniais que passam de geração em geração – revelam a presença da língua portuguesa, usada no território ao longo de séculos, e a sua previsível permanência nas gerações vindouras. É um Património Linguístico do Português no Sudeste asiático, no Oceano Pacífico. Visando a descrição linguística, analisa-se qualitativa e quantitativamente uma amostra deste Património Linguístico português, através de uma listagem de 40 nomes – compostos por justaposição com uma centena de elementos – de estudantes de uma turma de um Curso de Português em SDK Canossiana Balide, no início da Independência. Como se apresentam os nomes dos jovens timorenses? Que variação linguística se regista nos antropónimos portugueses e, simultaneamente, timorenses herdados ao longo de séculos? Pelos dados analisados e descritos, acredita-se que os nomes das pessoas, contrariamente aos topónimos timorenses, são uma marca resistente da influência da língua e da cultura portuguesas que persistirá. Perdurará, se, nas famílias, as crianças continuarem a receber nomes de influência portuguesa, valorizando a comunidade timorense, em especial nos centros urbanos, o seu passado linguístico-cultural e a sua história.

Palavras-chave: Antroponímia portuguesa e timorense, língua portuguesa, Património Linguístico, análise linguística, variação linguística.

Analysis of a sample of Portuguese proper names in East Timor: Anthroponymy, Linguistic Patrimony-Heritage and linguistic variation

Helena Rebelo

In East Timor, in the twenty-first century, the anthroponyms – patrimonial linguistic assets that pass from generation to generation – reveal the presence of the Portuguese language, used in the territory for centuries, and its predictable permanence in future generations. It is a Linguistic Heritage-Patrimony of Portuguese in Southeast Asia, in the Pacific Ocean. Aiming at the linguistic description, a sample of this Portuguese Linguistic Heritage-Patrimony is analyzed qualitatively and quantitatively, through a list of 40 names – composed by juxtaposition with a hundred elements – of students belonging to a class of a Portuguese Course in SDK Canossiana Balide, at the beginning of Independence. How are the names of young Timorese presented? What linguistic variation is registered in the Portuguese anthroponyms and, simultaneously, Timorese inherited over centuries? From the data analyzed and described, it is believed that people's names, contrary to Timorese toponyms, are a resistant mark of the influence of the Portuguese language and culture that will persist. It will endure if, in the families, the children continue to receive names of Portuguese influence, valuing the Timorese community, especially in urban centers, its linguistic-cultural past and its history.

Keywords: Portuguese and Timorese Anthroponymy, Portuguese language, Linguistic Heritage as Patrimony, linguistic analysis, linguistic variation.

APÊNDICE

Elementos dos compostos antroponímicos (palavras)

“Adélia” (2x), “Aires”, “Alcatere”, “Almeida”, “Alves” (2x), “Amadeu”, “Ana”, “Antónia”, “Apolinário”, “Araújo” (2x), “Armindo”, “Assis”, “Assunção”, “Augusta”, “B.” (2x), “Babo”, “Belo”, “Bendita”, “Cabral”, “Candido”, “Caosta”, “Carolina”, “Carvalho”, “Castro”, “Celestino”, “Cepeda”, “Cipriano”, “Correia”, “Costa” (4x), “Cruz”, “de” (da, do, dos), “Delfina”, “Deus”, “Domingos”, “Donabela”, “Duarte”, “e”, “Ernesto”, “F.” (2x), “Fátima” (2x), “Faustino”, “Fernandes”, “Fernando” (3x), “Francisco”, “Frederico”, “Henriques”, “Galucho”, “Gomes”, “Guilhermina”, “Jaime”, “Januaário”, “Jesus” (4x), “Joana”, “José” (2x), “Judite”, “Júlio”, “Juvenila”, “Laranjeira”, “Lopes”, “Luis” (2x), “Luisa”, “M.” (2x), “Madalena”, “Magno”, “Maia”, “Maria” (3x), “Mariano”, “Marques”, “Matos”, “Mendonça”, “Miguel”, “Moniz”, “Moreira”, “Nelson”, “Nuno”, “Octávio”, “Paula”, “Pedro”, “Pereira” (4x), “Quintino”, “R.”, “Rangel”, “Rêgo”, “Ribeiro”, “Ricardo”, “Rosário”, “Rubem”, “Santos”, “Sarmento”, “Sebastião”, “Sequeira” (2x), “Silva” (4x), “Silvia”, “Soares” (5x), “Teme”, “Verdial”, “Vieira”, “Ximenes”.

Nota: a indicação (x) representa o número de ocorrências, independentemente da posição que ocupa no composto.